

ESCOLA informação

Digital

nº 39.março.2023



SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA . SPGL



**A LUTA
CONTINUA
NAS ESCOLAS
E NA RUA**



Dossier:

Um ano intenso de luta

Leituras



Carmo, André (org.)
Espaço, Lugar e Território, Porto, Afrontamento, 2022

Obra coletiva coordenada por André Carmo, *Espaço, Lugar e Território* analisa e evoca o percurso intelectual, académico e cívico-político de 41 figuras envolvidas no planeamento e ordenamento do território que foi e continua a ser determinante no modo como vivemos e sobretudo como poderemos viver melhor. Perante a grande diversidade dos contributos, impõe-se um critério de escolha das figuras. Propunho dois: os que já partiram e os que continuam entre nós; e as diferentes formações académicas que atestam precisamente a grande diversidade

dos seus contributos. Neste sentido, selecionei quatro, dois dos quais conheci pessoalmente: António Fonseca Ferreira, engenheiro civil, António Simões Lopes, economista, João Lopes, sociólogo, e José Malheiros, geógrafo. António Fonseca Ferreira (1943-2019), que conheci como líder da corrente do PS «margem esquerda» com quem colaborei, desde cedo se interessou pela função social da urbanização, concentrando-se nas áreas das políticas da habitação, planeamento estratégico e ordenação e gestão do território na Área Metropolitana de Lisboa o seu grande espaço de intervenção. Defendeu a promoção pública da habitação, mas também revelou grande interesse pelo setor cooperativo como alternativa ao setor privado tradicional regido pelas leis do mercado. Responsável pelo plano estratégico de Lisboa, que esteve na origem da Capital Europeia da Cultura de 1994 e da Expo 98 que mudaram, sobretudo a segunda, a fisionomia da cidade de Lisboa, a metodologia que orienta a sua intervenção baseia-se «no primado do que se “pode fazer” e do “como fazer” em contraposição a “o que fazer”» (p. 56). Esta orientação estratégica conduz a uma intervenção concreta com vista a criar alternativas ao desordenamento do território, à fragmentação e descaracterização urbanas que marcam inexoravelmente a vida das populações afetadas e restringem significativamente as suas expectativas. Neste sentido, privilegiou na sua intervenção com uma forte componente cívica, a melhoria das condições de vida das populações, a integração dos subúrbios, o reforço da empregabilidade e a qualificação dos recursos humanos. Em 1993, foi autor de um “Livro Branco sobre a Política de Habitação, em Portugal” que foi apresentado e debatido no Encontro Nacional de Habitação de 1993. Este foi um ano marcante, em que foi lançado o Programa Especial de Realojamento (PER), que celebra 30 anos, com o objetivo da erradicação dos bairros de barracas que se disseminavam por Lisboa.

(continua na página 27)

Joaquim Jorge Veiguinha

Associação Nacional de Dirigentes Escolares encurrela Ministério da Educação

O Ministério da Educação (ME) proclamou que as medidas de alteração na carreira, que pretende aplicar, beneficiariam cerca de 60 mil docentes e custariam à volta de 161 milhões de euros. Porém, não apresentou nenhum estudo, nem quaisquer dados que fundamentassem a sua proclamação. A Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE) divulgou um estudo mostrando, com dados cuidadosamente fundamentados nas estatísticas do ME, que apenas seriam abrangidos menos de 13 mil docentes com o custo orçamental de 46,35 milhões de euros. Se a este valor fosse deduzido o que, segundo a ANDE, o ME pouparia com a prevista aposentação de docentes em 2023 - o estudo da ANDE aponta para 40,52 milhões de euros -, o total de encargos resultantes da proposta do ME ficaria em 5,83 milhões.

Com este estudo, o ME fica com a obrigação de também divulgar os dados que suportam os números que proclamou; se o não fizer - e de modo claro e convincente - há que admitir que apenas pretendeu "atirar areia" para os olhos dos docentes e dos cidadãos em geral.

A ANDE, diz o documento, "está disponível para colaborar com o Ministério num esforço conjunto, sério, de reposição de todo o tempo de serviço, de forma faseada, com um tecto de 161 milhões de euros, acomodáveis no orçamento, como o Ministro da Educação afirmou publicamente."

A FENPROF, que sempre defendeu estar disponível para um faseamento da recuperação do tempo de serviço, deve associar-se a esta proposta da ANDE e trabalhar com ela em conjunto.

Da justeza das reivindicações dos docentes a generalidade dos cidadãos, incluindo os decisores políticos, não duvida. É necessária e urgente uma solução aceitável, sem a qual a já longa luta da classe docente terá de continuar. A proposta da ANDE é um bom ponto de partida.■

Miguel André

Nº39 MARÇO 2023

SUMÁRIO



2. Sugestões

4. Editorial

5. Dossier. Um ano intenso de luta

6. Entrevista com José Costa e João Pereira

14. Vem aí um novo quadro legal sobre concursos. Melhor ou pior?

16. 5 de abril: reunião com o ME não trouxe novidades. Mas foram marcadas novas reuniões

17. Cidadania

Superlucros e inflação

19. Reportagem

"O objetivo é gostar de cinema e ver o cinema como arte"

22. Mulher, Vida, Liberdade

23. Escola/Professores

23. 17 e 18 de MARÇO: Os professores também lá estiveram!

24. 3 de MARÇO: Uma notável greve
4 de MARÇO: Manifestações em Lisboa e no Porto

25. Grande concentração no MCTES

26. Opinião

Mês de Março

27. Sugestões (cont.)

28. Aos Sócios

33. Consultório Jurídico

Contratação de Escola



ficha técnica:

Diretor: José Feliciano Costa . **Chefe de Redação:** Manuel Micaelo . **Conselho de Redação:** António Avelãs, Albertina Pena, Paula Rodrigues, Paula Santos, Joaquim Veiguiña, Carlos Leal . **Redação:** Lígia Calapez e Sofia Vilarigues (Jornalistas). **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha. **Capa:** D. Petinha/Joana Rodrigues. **Fotografia:** Joana Rodrigues. **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . SPGL . Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 . Periodicidade: Mensal. Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



José Feliciano Costa

DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

A resposta só pode ser uma: NÃO PARAMOS

Foi aprovado o documento de concursos que ninguém quer. O ministro disse aos sindicatos, na última reunião, que não se revia neste documento e nós sabemos porquê. O Conselho de Escolas, um órgão supostamente consultivo, recebeu o projeto de decreto-lei depois da negociação já terminada, para dar a sua opinião e também reconhece que o documento fica aquém do pretendido e que alguns dos pontos são geradores do efeito contrário ao pretendido no próprio preâmbulo do diploma. (ver página 14)

Os professores e as suas organizações sindicais tudo fizeram ao longo do processo para chegar a um acordo; contudo, mesmo reconhecendo que o resultado da luta dos professores foi determinante para que a tutela abandonasse algumas das intenções mais graves, não houve acordo porque não foram eliminadas todas as linhas vermelhas.

Este é um documento que vai continuar a ter a oposição dos professores, o que justifica, com certeza, a continuação da luta que não terminou nem pode parar.

Na reunião de 22 de março, depois confirmado na reunião de 5 de abril, o que foi apresentado nem corrige assimetrias nem recupera tempo congelado; portanto, nenhuma resposta positiva às pretensões dos docentes. (ver página 16)

Não se recupera um único dia dos 6 anos, 6 meses e 23 dias; supostamente, serão eliminadas as vagas de acesso, o que, segundo o ministro, abrangeria no máximo 60 000 docentes e deixa os restantes de fora, havendo no entanto estudos que afirmam que os números dos professores “ beneficiados ” com esta bondade são muito diferentes daqueles propalados pela tutela. (ver página 3) Os docentes que estão no 7.º, 8.º e 9.º escalão (neste escalão só os que estão a 1 ano ou mais de mudar para o 10º), recuperarão um ano, o que é uma muito curta parcela do tempo que perderam. Os que estão no 10.º esca-

lão nada recuperam, nem se propõe nenhum mecanismo de compensação, como já foi proposto.

Para os docentes que ficarão isentos de vaga para progressão aos 5.º e 7.º escalões, o ME não prevê recuperar um só dia de serviço, apesar de ser previsível que mais de metade deles (quem obtivesse Excelente ou Muito Bom ou quem reclamasse, com êxito, da menção de Bom ou ainda quem, tendo Bom, conseguisse vaga) não ficariam retidos.

Ficam de fora todos os docentes que, tendo ingressado antes de 30/08/2005, por razões de desemprego ou por terem tido contratação por horários incompletos ou temporários, ficam a um ou mais dias de cumprirem a totalidade dos 9 anos, 4 meses e 2 dias de congelamento;

Admite o ME recuperar o tempo de espera por vaga para os 5.º e 7.º escalões, mas falta saber se os docentes que prescindiram da recuperação de 2 anos, 9 meses e 18 dias para encurtarem o tempo na lista de espera poderão agora recuperar esse tempo,-

Estas e outras questões foram colocadas na última reunião, exigindo que este processo não fosse concluído obrigando o ME a marcar pelo menos mais duas reuniões para negociar estas questões

O diagnóstico está feito e não pode ser outro. A LUTA TEM DE CONTINUAR, já no final de março, com a greve a todo o serviço extraordinário, a todo o serviço imposto fora do horário de trabalho e a toda atividade atribuída no âmbito da componente não letiva de estabelecimento. As greves distritais, que iniciam em 17 de abril no Porto, percorrerão o país e terminam no dia 12 de maio, em Lisboa. Estes são momentos a que, além da grande expressão que a greve tem de ter, os docentes terão que dar também visibilidade na rua, nas praças nos largos, nas escolas, nos distritos por onde esta greve passa.

Perante tanto desrespeito a resposta só pode ser uma:
NÃO PARAMOS ■



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO DIGITAL Nº39 MARÇO 2023

Um ano intenso de luta

“A luta é um processo contínuo, persistente. A luta começou há muito tempo”, começa por frisar José Costa, na entrevista que abre este dossier. Uma ideia que vem associada a outra: “A luta tem alguma consequência. Aliás, a luta faz-se para ter consequência. Não se faz a luta pela luta”. Esta mesma ideia é corroborada por Anabela Delgado, num texto de balanço do novo quadro legal sobre os concursos, em que sublinha: “A luta dos professores, a par da apresentação de propostas pelas organizações sindicais e da argumentação devidamente fundamentada para a rejeição de alguns dos grandes eixos de orientação que o governo teria para esse novo diploma, transformou-o num outro diploma”. Num ano intenso de luta, que continuará a desenvolver-se, este o balanço possível no momento atual deste “processo contínuo”.

Refere-se também a falta de “novidades” da reunião de 5 de abril.■

A luta é um processo contínuo, persistente. A luta começou há muito tempo

Entrevista com José Costa e João Pereira



Nós entendemos que a luta é um processo contínuo, persistente. A luta começou há muito tempo.

Entre outubro de 2018 e janeiro de 2023 - entre greves, concentrações, manifestações, vigílias (algumas com quadros sindicais, outras com centenas e outras até com milhares de docentes) - fizemos mais de cem iniciativas.

▪ Lígia Calapez
|Jornalistas|

A luta dos professores, neste ano, intensificou-se, alargou-se no tempo e nas suas formas: Que balanço é possível fazer?

José Costa – Antes do mais, é preciso dizer que é uma luta que não começou há dois ou três meses, como se quer fazer crer. Não queria voltar muito atrás. Mas, recuando até 2018, podíamos

enunciar dezenas de iniciativas. Sempre com a intervenção da FENPROF e dos seus sindicatos. Entre outubro de 2018 e janeiro de 2023 - entre greves, concentrações, manifestações, vigílias (algumas com quadros sindicais, outras com centenas e outras até com milhares de docentes) – fizemos mais de cem iniciativas. Há todo um enquadramento que tem de ser feito. E que mostra que, de

facto, nunca deixámos de intervir.

Nós entendemos que a luta é um processo contínuo, persistente. A luta começou há muito tempo. Relembro aqui a primeira reunião que tivemos com o ME, logo em setembro, em que tomámos conhecimento do projeto de intenções para os concursos. Um projeto gravíssimo. Que incluía muitas linhas vermelhas – no-

meadamente em relação à contratação, à colocação de professores através dos conselhos locais de diretores, aos mapas de pessoal, à colocação de professores através de perfis de competências.

O documento final recuou em muitas dessas coisas. Evidentemente que ficou muito aquém do pretendem os professores. Mas esse recuo é resultado da luta, apesar de o documento manter algumas linhas vermelhas e, por isso também, para o alterar a luta não pode parar.

Este “desassossego” que se cria entre os professores – que depois dá início a um processo que intensifica a luta – tem muito a ver com os plenários que fomos fazendo em escolas por todos o país (todos os sindicatos da federação estiveram envolvidos) e onde divulgámos claramente as propostas do ME.

Nós cremos que o movimento de “desassossego” começa muito aí. E, depois, foi-se intensificando. E ainda bem. Todas as lutas são bem vindas.

A FENPROF, de que o SPGL faz parte, liderou uma Plataforma negocial e reivindicativa com outros 9 sindicatos ou federações. Que aspetos positivos e menos positivos fazem da atuação e da existência da Plataforma?

José Costa – Não é a primeira vez que ela existe. Esta plataforma, em que estamos com mais 8 estruturas sindicais, é a procura de unidade na ação. E temos conseguido – mesmo com opiniões e pontos de vista diferentes – manter uma coerência de propostas e de atuação que é muito importante.

Pensamos que, neste momento, é um aspeto fundamental. Fazemos um balanço positivo desta união de esforços. De estruturas que, aliás, têm também pontos de vista diferentes em determinados aspetos. Mas que estão unidos em questões que são essenciais.

É um balanço positivo. E é para continuar.



João Pereira – Este é um processo em que se procura sempre algumas convergências. E têm sido conseguidas essas convergências. E eu relembro que nem sempre estivemos – os 9 – em conjunto. A FNE teve ali um momento em que preferiu aguardar o desenrolar do processo negocial e só numa fase posterior é que se decidiu a convergir com os outros sindicatos.

É uma procura de unidade, de convergência, que estas 9 organizações têm conseguido manter. Sempre com um propósito, sempre com um objetivo, que é a defesa dos professores.

Independentemente do juízo de valor, reconhecem que o grande impulso deste ano de luta foi dado pelo S.TO.P? Como caracterizam a ação

global do S.TO.P ao longo deste processo?

José Costa – Há um descontentamento, entre os professores, que é visível há muito tempo. Ao longo dos anos a escola pública tem sofrido muitos danos.

Destacava aqui dois períodos. Que é o antes de Sócrates e Maria de Lurdes Rodrigues (2005-2009). E o depois.

E o antes, porquê? Porque até essa altura, houve processos de luta desgastantes, prolongados. Conseguiram-se vitórias. A partir deste período – as lutas foram no sentido de tentar manter o que se conseguiu e até recuperar o que se perdeu após 2005-2009.

Há um antes e um depois. Há um período em que se luta para conquistar. E segue-se um período em que se luta para manter e para tentar recuperar o que se perdeu.



Inicia-se assim um período muito marcado pela desvalorização da carreira, da profissão, da questão da precariedade dos vínculos, do fim da gestão democrática, do aumento da burocracia. Há aqui uma degradação contínua, cujo

Inicia-se assim um período muito marcado pela desvalorização da carreira, da profissão, da questão da precariedade dos vínculos, do fim da gestão democrática, do aumento da burocracia. Há aqui uma degradação contínua, cujo impacto acumulado está à vista. É este descontentamento – um descontentamento que se vai entranhando – que explodiu.

impacto acumulado está à vista. É este descontentamento – um descontentamento que se vai entranhando – que explodiu. Explodiu com toda esta visibilidade. Aqui, a questão central não é o chamado “gatilho”, quem o puxou ou não. A questão central é outra.

Nós temos pela frente uma classe, um grupo profissional, que se sente muito desrespeitado, que trabalha em condições difíceis, que ao longo dos últimos anos não vê reconhecida, nem sequer socialmente, nem materialmente (estamos a falar da desvalorização salarial, do tempo de serviço perdido) a sua profissão, a sua condição de docente. E, depois, posso radicalizar a luta. Posso, por exemplo, passar a ideia do tudo ou nada, da vitória em toda a linha. Há aqui um imediatismo. Dou o exemplo de uma greve por tempo indeterminado – que foi marcada em dezembro pelo Stop.

Que não tem expressão nenhuma, na prática. Mas foi passada a ideia de que, assim, havia vitórias imediatas. O que, de facto, não aconteceu. Simultaneamente, há todo um discurso anti-sindicalista, com campanhas de dessindicalização – contra nós, contra os sindicatos.

No que respeita à duração das lutas, temos vários exemplos. A paridade com a carreira técnica superior, alcançada em 1986, demorou anos; o primeiro estatuto com as grelhas remuneratórias, que vieram integrar a estrutura do estatuto da carreira docente, em 1989, depois de muitos anos de luta; em 1990 temos o estatuto; em 1995 temos o fim da candidatura ao 8º escalão; é em 1998 que se consegue a contagem de todo o tempo de serviço e a revalorização que se tinha perdido ao longo dos últimos anos.

Em 2007 vivemos um momento complexo com a introdução de um estatuto muito mau. Nomeadamente com as quotas; com as vagas; a divisão da carreira que só acaba em 2010 (quase 4 anos depois); a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades - PACC, que só conseguimos que acabasse em 2013; e o tempo de serviço - só em 2018 é que (segundo António Costa) o relógio voltou a trabalhar e, dois anos depois, se alcançou alguma recuperação do tempo de serviço.

Tudo isto é um processo contínuo, é um processo longo. A luta tem alguma consequência. Aliás, a luta faz-se para ter consequência. Não se faz a luta pela luta. Dizer aos professores que tem de ser de outra forma, no imediatismo (nós gostaríamos que fosse assim, mas não é), implica algum populismo sindical, de aproveitamento do descontentamento. Que não resulta. E que provoca, ao fim e algum tempo, desilusão, frustração, desmotivação e abandono até da luta.

João Pereira – Não desvalorizando também o trabalho que têm feito, mobilizando os docentes. Agora, a imagem que tentaram passar – que isto poderia ser



muito rápido – isso raramente é verdadeiro. Estes processos demoram sempre muito tempo. Por outro lado, há algumas formas de luta que foram utilizadas pelo Stop com as quais nós não concordamos.

Agora, o que é importante é que, neste momento, nós conseguimos ter – e aí foi fruto de um trabalho em conjunto – os professores novamente mobilizados para uma ação reivindicativa, para uma luta. O que é muito importante.

E agora – o que é que está previsto para continuar este processo? Está dependente do resultado das negociações em curso?

José Costa – As negociações em curso estão também dependentes da luta.

Fizemos, entretanto, uma consulta nas escolas. Chamámos-lhe o 4D. Em 4 dias, realizámos centenas de reuniões com a envolvimento de milhares de professores. Só aqui, na área do SPGL, fizemos mais de 170 reuniões. A ideia era fazer um balanço do processo de

negociação. Houve, simultaneamente, um inquérito.

Tivemos milhares de respostas. E convergiam todas. Os professores estavam dispostos a continuar a luta e não desistir. Foi com base nas iniciativas propostas pelos professores que nós construímos um plano de ação e luta que vai desenvolver-se, pelo menos, até final deste ano letivo.

Foi aprovado novo regime de gestão e recrutamento de professores. Qual a vossa perspetiva sobre este diploma? Como caracterizam, na sua globalidade, o processo negocial do projeto dos Concursos?

João Pereira – É importante referir que este processo, estas reivindicações, estas lutas, por parte dos docentes, não se esgotam na questão dos concursos. Vão muito mais além.

Focando, então, nas negociações que tivemos.

Primeiro – a mesa única. A importância da mesa única. É importante, porquê? Porque,

estando todos reunidos no mesmo local, a mesma mensagem é transmitida, de igual forma, para todos os sindicatos. Portanto, estamos todos reunidos à mesma mesa e, em muitas das situações, conseguimos todos, ou praticamente todos os sindicatos, falar a uma só voz.

Quando olhamos para este processo negocial, para este projeto de decreto-lei – o que nós podemos dizer é que não ficamos satisfeitos com este projeto. Mas também o ME, o ministro João Costa, assumiu, na última reunião que tivemos, que este não era que ele queria. E não é o projeto que ele queria devido à ação dos sindicatos e à ação dos professores. Foi através da luta dos professores que conseguimos impedir que os quadros que temos no nosso estatuto da carreira docente deixassem de existir e passássemos a ter mapas de pessoal. Conseguimos fazer cair a passagem dos atuais 10 para 23 QZP, em que a área desses QZP era coincidente com as áreas das unidades intermunicipais. Conseguimos fazer

com que um perfil de competências não fosse para a frente.

Em relação ao combate à precariedade e vinculação dinâmica - o texto final prevê a vinculação de 10.700 professores. É positivo. O problema é que a forma como o ME vai vincular os docentes, vai levar a que haja ultrapassagens entre docentes contratados. Devido aos requisitos que foram definidos, vamos ter muitos professores com 10, 15, 20 anos de serviço que, possivelmente, não irão vincular, e vamos ter professores com 3, 4 anos, que o irão conseguir.

Há ainda a questão da obrigatoriedade de os docentes que vincularem este ano, pela vinculação dinâmica, serem obrigados, no ano de 2024-2025, a concorrer a nível nacional. O ME ou o ministro, possivelmente não sabem que tipo de professores é que têm neste momento a concorrer. Os professores contratados já não são os jovens de 20 anos. A média de idades nos docentes contratados é de 42-43 anos. Para vincular, são os 45 anos. São docentes que já têm família constituída, e não é tão fácil largar toda a sua família e mudar-se para outro lugar, possivelmente a centenas de quilómetros.

Se olharmos para todos os docentes com mais de 1.095 dias, te-

O ME ou o ministro, possivelmente não sabem que tipo de professores é que têm neste momento a concorrer. Os professores contratados já não são os jovens de 20 anos. A média de idades nos docentes contratados é de 42-43 anos. Para vincular, são os 45 anos. São docentes que já têm família constituída, e não é tão fácil largar toda a sua família e mudar-se para outro lugar,



mos no sistema 23 mil professores e vão vincular 10 mil. Vamos ter muitos professores que vão continuar na mesma situação.

Em relação ao concurso interno, também é importante referir que a luta dos professores conseguiu que se passasse a ter um concurso interno anual. Questão importante também – conseguimos que os docentes de quadro de agrupamento ficassem na mesma prioridade que os professores de quadro de zona pedagógica. Não conseguimos fazer com que o ministério alterasse a questão das prioridades na mobilidade interna.

Algo que não conseguimos impedir que estivesse neste projeto de diploma, foi a criação dos conselhos locais de diretores que,

entretanto, mudaram o nome para conselhos de quadro de zona pedagógica. É um aspeto que nós consideramos muito negativo. O próprio Conselho de Escolas veio também já, no seu parecer, dizer que não concorda com a criação destes conselhos – porque não vai acrescentar nada de positivo. Pelo contrário – vai retirar alguma da autonomia às escolas; vai fazer com que os professores não se consigam identificar com o seu agrupamento, porque poderão estar a trabalhar em mais que um agrupamento.

Que perspetivas para a negociação das restantes matérias?

José Costa – As outras matérias estão muito ligadas (ainda que

não só) à valorização da carreira. E o que está em cima da mesa são questões muito específicas. A valorização da carreira, a recuperação do tempo de serviço, as quotas e vagas, o regime específico de aposentação, a questão da burocracia, muito ligada aos horários de trabalho.

De sublinhar que um dos problemas centrais – e que afeta claramente a escola pública – é a desvalorização da carreira. Nós não podemos admitir que mais de 70% dos professores, que estão atualmente em funções, nunca virão atingir o último terço da carreira. E porquê? Por causa do tempo de serviço congelado que não é recuperado. E por aquele perverso sistema de avaliação, que bloqueia em dois escalões da carreira – a passagem do 4º para o 5º e do 6º para o 7º – a progressão dos professores.

A recuperação do tempo de serviço é uma questão central. A que mais une os professores, a que mais revolta os professores. É a grande exigência dos professores.

Qual o balanço da reunião de 22 de março, com o ME?

José Costa – Mais uma reunião que não correspondeu às expectativas dos docentes, que exigem a contagem integral do tempo de serviço que cumpriram, a eliminação de vagas e quotas, bem como a resolução de um conjunto de outros problemas. O ME continua a não dar respostas positivas a nada do que são exigências dos professores.

Em relação ao tempo de serviço e na melhor das hipóteses, o Ministério admite a recuperação de 1 ano para além do perdido nas listas de acesso às vagas, mas sem tocar num único dia dos mais de 6,5 anos que os congelamentos eliminaram.

A propaganda governativa vai dizendo que serão eliminadas as vagas, o que não corresponde à verdade. Serão abrangidos com esta proposta cerca de 60 000 docentes, o que, constituindo o potencial máximo, fica longe do número de quantos tirarão algum

benefício com as medidas apresentadas.

Ou seja, a não ser alterada a proposta do ME, ficam de fora: todos os docentes que entraram na profissão nos últimos 18 anos; os docentes que, tendo ingressado antes de 30/08/2005, por razões de desemprego e/ou contratação para horários incompletos e/ou temporários, ficam a um ou mais dias de cumprirem a totalidade dos 9 anos, 4 meses e 2 dias de congelamento; os que já atingiram o topo da carreira, tendo, no entanto, sido muito penalizados na sua progressão, com impacto que será visível na futura pensão de aposentação.

De facto, o ME admite recuperar o tempo de espera por vaga para os 5.º e 7.º escalões, mas não esclarece se os docentes que prescindiram da recuperação de 2 anos, 9 meses e 18 dias, para encurtarem o tempo na lista de espera, poderão agora recuperar esse tempo; também se recuperarão o tempo de serviço aqueles que não ficaram na lista de espera, mas, tendo reunido os requisitos de mudança ao longo de um ano, só mudaram em 1 de janeiro do seguinte.

E ainda para os docentes que ficarão isentos de vaga para progressão aos 5.º e 7.º escalões, a proposta não parece prever recuperar um só dia de serviço, apesar de ser previsível que mais de metade deles, nomeadamente quem obtivesse Excelente ou Muito Bom ou quem reclamasse, com êxito, da menção de Bom ou ainda quem, tendo Bom, conseguisse vaga, não ficariam retidos.

Também, por exemplo, para os docentes dos 7.º, 8.º ou 9.º será recuperado 1 ano, mas sem tocar nos 6 anos, 6 meses e 23 dias em falta; mas além deste tempo não contado, todos estes professores e educadores perderam entre 2 e 6 anos com a transição entre estruturas de carreira, a partir de 2007.

A proposta que o ME apresentou nesta reunião, anunciada como corretora de assimetrias internas à carreira decorrentes dos períodos de congelamento, afinal nada

De sublinhar que um dos problemas centrais – e que afeta claramente a escola pública – é a desvalorização da carreira.

A recuperação do tempo de serviço é uma questão central. A que mais une os professores, a que mais revolta os professores. É a grande exigência dos professores.

recupera do tempo perdido nesses anos, não elimina as quotas, não elimina as vagas e não elimina assimetrias.

O ME demonstrou disponibilidade para reduzir trabalho burocrático dos docentes, mas, afinal, irá entregar tal responsabilidade a uma agência externa, ignorando, de imediato, as propostas dos sindicatos para reduzir a burocracia e eliminar todos os abusos e ilegalidades que continuam a afetar os horários de trabalho.

Quanto à monodocência, não foi apresentada qualquer proposta concreta. As organizações sindicais vincaram a necessidade de serem eliminadas as diferenças existentes nos horários de trabalho de base e nas reduções por antiguidade (artigo 79.º do ECD).

Alguns estudos indicam que a recuperação integral do tempo de serviço dos professores custa, a médio prazo, menos ao país do que aquilo que tem sido apontado pelo Governo. Sendo assim, porquê tanta resistência por parte do Governo?

José Costa – A questão que se põe aqui é que, das carreiras com uma categoria, que na função pública se chamam unicategoriais – é o caso dos professores –, a nossa foi a única que não recuperou o tempo de serviço. Depois, há números para tudo e mais alguma coisa. E eu recorro a um número que foi apontado aqui há um



mês ou dois, numa entrevista do Sr. primeiro-ministro. Falava em mil e 300 milhões de euros. Não tem nada a ver com a realidade. Aliás, os números das próprias Finanças, da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (n.ºs já de um ano ou dois, mas que se mantêm atuais) e de outras estruturas indicam que a recuperação do tempo de serviço envolveria 300 e tal a 400 milhões de euros. Depois, há uma parte significativa que ficaria nos cofres do Estado (por causa dos impostos e dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações). Provavelmente estamos a falar de valores na ordem dos 300 milhões de euros.

Mas a questão que está aqui em cima da mesa – é que a carreira dos professores foi a única carreira na estrutura da administração pública que não tem a recuperação do tempo de serviço. Isto prejudicará a esmagadora maioria dos professores que estão neste momento em funções. E eu recorro que o cálculo da aposentação, de há uns anos para cá, faz-se com base numa média dos 15 melhores anos da carreira. Uma parte significativa dos professores, durante estes 15 ou 20 anos da carreira, manteve-se em escalões baixos, por causa da inexistência da recuperação do tempo de serviço. E o professor, ao fim de 40 anos de serviço ou mais, aposenta-se com uma pensão baixa. O que é inaceitável.

Isto para além de outras questões graves. A precariedade. A sobrecarga dos horários de trabalho. Questões que levam a que os jovens não venham para a carreira docente.

João Pereira – Não nos podemos esquecer que este foi o primeiro-ministro que, em 2018, disse que se demitia caso o tempo de serviço dos professores fosse todo contado. Para o António Costa isto poderá ser uma questão quase pessoal. Para ele seria uma derrota se os professores conseguissem ver reconhecido todo o tempo de serviço, todo o tempo que os professores trabalharam.

José Costa – Já agora, eu recorro – além dos valores não serem nada aqueles que têm sido divulgados, nomeadamente pelo próprio primeiro-ministro – a proposta que nós temos para recuperação do tempo de serviço é faseada.

Por outro lado, temos de falar da recuperação integral do tempo de serviço. A maior parte dos professores perderam mais do que os 6-6-23. Este é o tempo congelado. Há muito tempo de serviço que se perdeu também nas transições de carreira. Quer isto dizer que, provavelmente, a maior parte dos professores perderam, sensivelmente, 9, 10 ou 11 anos de serviço. Por isso é que nós, quando falamos de recuperação

do tempo de serviço, falamos da recuperação integral. Mas admitimos que, como base de partida para um faseamento, podíamos começar pelos 6-6-23.

Mas para isso é preciso que a questão esteja em cima da mesa, da parte do governo. Com a vontade de resolver o assunto. E isso ainda não aconteceu.

Há dados que parecem indicar o reforço das escolas privadas face à instabilidade do ensino público. Que apreciação fazem?

José Costa – De facto, há dados que indicam que há um reforço do ensino privado. Que muitas escolas já esgotaram as matrículas.

E isso, porquê? O argumento é sempre a instabilidade na escola pública.

Nós já falámos aqui do nosso calendário de luta. Um calendário de luta previsível, datado. E isso também é importante.

Agora – quem cria a instabilidade na escola têm sido os sucessivos governos. E eu recorro que cerca de 50.000 (ou mais) professores vão-se aposentar até 2023. É uma parte significativa do corpo docente.

Este problema da falta de professores começa a ser estruturante. E o que é que está a ser feito para lhe dar resposta?

O que está a ser feito é um conjunto de paliativos. Alteraram a legislação para permitir que licenciados de outras áreas, que não têm formação de professores, venham para o ensino. Isso é uma medida de recurso, não é uma medida definitiva. E não sei se o governo está a pensar resolver o assunto deste modo, quando saírem metade dos professores do sistema.

Isto é que vai criar instabilidade nas escolas.

E, depois, há um subfinanciamento, que já é crónico. Basta olhar para os últimos Orçamentos de Estado. O governo está a utilizar os fundos europeus para substituir, e não para acrescentar, as verbas que se destinariam à educação.

Como recuperar as aprendizagens limitadas não só por este processo de luta, mas também com a Covid 19?

José Costa – A pandemia foi um processo complexo. A pandemia, está mais do que provado, teve repercussões na aprendizagem – que foram mais graves, mais sentidas, nas crianças com dificuldades, e nas que vêm de meios socioeconómicos mais débeis.

Há um plano de recuperação de aprendizagens. Um plano que implicava o alocar de recursos às escolas, para essa recuperação de aprendizagens. Implicava mais técnicos, mais professores, mais terapeutas, mais dinheiro. Só que ele não veio. E, portanto, esse plano de recuperação das aprendizagens, mais uma vez, é feito à custa dos professores – que não abandonam os seus alunos.

Mas tudo isto cria instabilidade nas escolas. Tudo isto desvaloriza. Tudo isto acrescenta trabalho aos professores, sobrecarrega os professores.

É esta instabilidade que, às vezes, também existe na escola pública. Mas que é por culpa do governo. Não é por culpa dos professores nem das suas lutas.

João Pereira – Pelo contrário. Se não tem sido o trabalho dos docentes durante a pandemia, as aprendizagens dos alunos teriam ficado muito piores, muito mais comprometidas do que ficaram.

E agora?

João Pereira - Faltam os recursos nas escolas. Faltam recursos financeiros. Faltam recursos humanos. E se o ME não começar finalmente a entender que a educação é um investimento e não uma despesa, vamos ter um problema muito grave daqui para a frente. Se já é grave neste momento, mais grave irá ficar. Logo à partida com a falta de professores, que se irá agravar, e muito, daqui a três, quatro anos. E, neste momento, começamos já a ter falta de professores. Não é só na zona de Lisboa, não é só na zona do Algarve, já é generalizado a todo o país. E os professores que



temos no sistema, como professores contratados, daqui a dois anos não serão suficientes para atender a todas as necessidades. Portanto, ou o ministério começa a perceber que tem um problema muito grave nas mãos – para o qual nós, sindicatos, temos alertado, e não é de agora – e muda mesmo as suas políticas, ou, então, vai ser muito complicado. E não é com estes planos - que ficam no papel ou que, no papel, são muito bem elaborados, mas que depois, na prática, não se consegue operacionalizar, muitas das vezes, porque faltam os recursos – que esta situação se resolve. E, volto a dizer, só não é pior devido ao excelente trabalho dos docentes.

Que efeitos políticos e partidários poderão resultar deste longo e intenso processo de luta?

José Costa – Nós pedimos reuniões a todos os partidos com representação parlamentar, na Assembleia da República, mas também no Parlamento Europeu. A ideia, naturalmente, é envolvê-los. Percebemos que há feedback. E, pelas declarações na comunicação social, dos líderes partidários, há um apoio, uma solidariedade com as lutas dos professores e com os problemas dos professores.

Vamos ver como é que se concretiza. Claro que sabemos que os partidos são diferentes quando no governo ou na oposição.

João Pereira – Nestes últimos anos tivemos vários projetos de lei, projetos de resolução, que estiveram na Assembleia da República. E todos eles foram rejeitados – com os votos contra do PS, e com os votos contra ou a abstenção do PSD (e do CDS, quando ainda lá estava).

Também sabemos que, neste momento, ter 150 mil docentes na rua – isso pode ser aproveitado por muitos partidos. De todos os quadrantes. E praticamente todos os partidos têm aproveitado esta contestação para, de alguma forma, fazerem uma aproximação aos docentes.

Nós não estamos contra os partidos poderem vir para a comunicação social dizer que apoiam as reivindicações dos docentes.

Mas aquilo que nós precisamos avaliar realmente é de que modo, nos momentos decisivos, estes partidos políticos transportam, para os atos, aquilo que de vez em quando dizem por palavras. O que nem sempre, ou raramente, tem acontecido.

Por exemplo – o apoio aos docentes deslocados. Esteve várias vezes em discussão na Assembleia da República, foi apresentado várias vezes, sempre pelos mesmos partidos (BE e PCP, PAN e Livre), e tem sido sempre rejeitado com os votos contra do PS e do PSD. E era uma medida fundamental para dar resposta à questão da precariedade e da instabilidade. ■

Vem aí um novo quadro legal sobre concursos. Melhor ou pior?



▪ Anabela Delgado

[Dirigente do SPGL]

Terminou o processo negocial do diploma relativo ao novo regime de gestão e recrutamento do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e de técnicos especializados para formação (o segundo diploma sobre a mesma matéria desde que António Costa é 1º ministro). Importa recordar que este era o único aspeto da carreira dos professores e educadores do pré-escolar e ensino básico e secundário que o governo pretendia alterar neste mandato (ver programa do governo). O diploma final é melhor ou pior que os anteriores? Como sempre acontece com este tema, é melhor para alguns, pior para outros e nem melhor nem pior para os restantes. Embora todos os governos tenham a tentação de mexer na matéria, é tema que nunca mereceu consenso.

Desde a apresentação pelo governo do que eram os seus principais objetivos para esta nova revisão (ver apresentação em PowerPoint) até à versão final, tem de reconhecer-se, que houve alterações importantes. Lembremos, a título de exemplo, dos mapas de pessoal em substituição dos quadros e do recrutamento com base no perfil de competências.

A luta dos professores, a par da apresentação de propostas pelas organizações sindicais e da argumentação devidamente fundamentada para a rejeição de alguns dos grandes eixos de orientação que o governo teria para esse novo diploma, transformou-o num outro diploma, próximo do que estava em vigor ainda que com algumas melhorias, mas também alguns retrocessos, como se pode verificar no quadro 1.

A entrada em vigor do novo di-

ploma e a sua aplicação no terreno dir-nos-á da sua justeza.

No plano do combate à precariedade fica, por um lado, o aspeto, sem dúvida positivo, da vinculação de mais de dez mil professores e educadores, ainda que continue a deixar de fora um número significativo com mais de 1095 dias de serviço.

Aspeto muito negativo do diploma é o facto de continuar a ignorar a precariedade vivida por um número muito significativo de professores que o governo teima em classificar como técnicos especializados, a que acrescentaram agora “para formação”, professores que reúnem já dezenas de anos de serviço, às vezes no mesmo agrupamento.

Isto é, a par do anúncio do alargamento de oferta pelas escolas públicas de cursos profissionais e artísticos para onde são necessários professores especializados em determinadas áreas, ignoram

as condições de exercício que estes profissionais vivem há largos anos. Para além da situação precária que têm, ainda são penalizados em termos salariais e nem essa parte foi alterada no novo diploma.

O ridículo da situação pode resumir-se ao seguinte: se um pro-

fessor (profissionalizado ou não), obtiver colocação no seu grupo de recrutamento, é remunerado pelo índice 167; se for colocado como técnico especializado “para formação”, é remunerado pelo índice 151, seja ou não profissionalizado para um grupo de recrutamento! Claro que, nesta lógica,

aqueles que desempenham as mesmas funções e não pertencem a nenhum dos grupos de recrutamento criados, estão também no índice 151.

Será que o que é poupado com esta política justifica tais injustiças?! ■

QUADRO 1

Assunto	Propostas iniciais do ME	Texto final em 9 de março de 2023	Posição final da FENPROF
Estruturação dos quadros	Quadros, QA/QEnA e QZP, extinguir-se-iam e transitariam para mapas de pessoal.	Manutenção dos atuais quadros.	Concordância com a manutenção dos quadros, distribuídos por QA/QEnA e QZP.
Critérios de ordenação e seleção	Recrutamento de docentes teria componente de escolha por diretores com base no perfil de competências, em percentagem mais elevada para TEIP, seja para contratação, para vinculação ou “alocação” de docentes dos quadros.	Todas as fases e modalidades do concurso respeitarão o critério da graduação profissional.	FENPROF propôs que fosse assim, embora haja modalidades que, ao serem estabelecidas prioridades, ficarão sujeitas a distorções na aplicação do critério de graduação, disso discordando a FENPROF.
Remuneração de docentes contratados	Docentes contratados a termo teriam de concorrer a escolas / agrupamentos de 10 QZP para garantirem valorização indiciária na remuneração.	Terão essa valorização concorrendo apenas ao(s) que lhes interessar.	Apesar da evolução, FENPROF discorda de haver o limite do índice 205 (correspondente ao 3.º escalão) e de o docente não poder ter recusado ou interrompido contratos nos últimos 2 anos.
Redimensionamento da área geográfica dos QZP	Os QZP passariam de 10 para 23, coincidentes com as áreas da CIM / áreas metropolitanas.	Os QZP passarão de 10 para 63.	A FENPROF concorda com esta redução significativa da área de cada QZP.
Periodicidade de abertura do concurso interno	Alargamento da periodicidade de abertura do concurso interno, de quadrienal para quinquenal.	Abertura anual do concurso interno.	A abertura anual do concurso interno, amplia as oportunidades de aproximação à residência de forma consolidada (concurso interno) e cria condições para que não existam ultrapassagens no acesso a lugares do quadro.

- Intenções do ME:

https://www.fenprof.pt/media/download/2C08E1C4FC24B4071D941AB2A825BE96/pp_7_8.pdf

- Anteprojeto de decreto lei:

https://www.fenprof.pt/media/download/319EA8B4475DE562FC2DD754B6D5E49E/regimerecrutamentogestao_professores_2023-03-01-1mar23.pdf

5 de abril: reunião com o ME não trouxe novidades. Mas foram marcadas novas reuniões

As negociações com o Ministério da Educação (ME) tiveram nova ronda no passado dia 5 de abril. Os sindicatos da Plataforma de que faz parte a FENPROF constituíram uma mesa negocial, o SNPL, o SI-

PPEB e o STOP constituíram outra mesa.

O ME anunciou que esta seria a última reunião do processo. Mas, confrontado com as pertinentes e fundadas questões apresentadas pelos sindicatos da Plataforma, o ME viu-se obrigado a marcar duas novas reuniões: uma que designou como “técnica”, para aná-

lise das questões colocadas nesta reunião e uma outra, de natureza política, que incluirá também a questão da monodocência, e com a qual o ME pretenderá concluir o processo.

Veja aqui a proposta que o ME apresentou e a posição que sobre ela tomou a FENPROF.■

[Veja aqui](#)
PROPOSTA DO ME

[Veja aqui](#)
POSIÇÃO DA FENPROF

SPGL: eleições para os corpos gerentes

O processo eleitoral para os corpos gerentes do SPGL foi aberto no passado dia 13 de março, através da publicação da convocatória estatutariamente exigida.

Até 31 de março decorreu o prazo para a regularização da situação de sócios em situação irregular.

As listas deverão ser apresentadas até ao dia 10 de Abril.

A campanha eleitoral inicia-se a 5 de maio e a votação será no dia 25 de maio.■





Superlucros e inflação



Joaquim Jorge Veiguinha

Em setembro de 2022, um estudo do BCE defendia que não eram os salários que estavam na origem da inflação na Europa, mas os elevados preços da energia. Contrariamente à estagflação da década de 70 do século passado, os trabalhadores na atual crise inflacionista têm perdido poder de compra devido à «indexação salarial menos generalizada e menor grau de sindicalização» (DN, 13/08/2022). Desde os finais dos anos 80 do século passado, os salários deixaram de ser indexados à taxa de inflação, como aconteceu em Itália com o fim da chamada «scala mobile» (escala móvel) que representava esta indexação.

Num estudo mais recente do Banco Central Europeu (BCE), assinado pelo seu economista-chefe, Philip Lane, esta situação não apenas não se alterou, mas acabou por generalizar-se, pois não foram os salários, mas as margens de lucro das empresas os

motores da inflação (Fonte: *Negócios*, 10/03/2023). Por sua vez, Brunello Rosa, professor na London School of Economics, considera que «o aumento dos custos tem atualmente “contagiado” todos os setores, dos transportes ao alimentar» (5/03/2023).

Portugal não foge à regra. Segundo o INE, o Excedente Bruto de Exploração (EBE), que representa a remuneração do capital no Rendimento Nacional, aumentou 7% no terceiro trimestre deste ano relativamente ao trimestre homólogo do ano passado, enquanto os salários apenas aumentaram uns míseros 0,5%. Em consequência, registou-se uma redistribuição da riqueza «às avessas» – é o «efeito Mateus», tirar aos pobres para dar aos ricos – que favoreceu consideravelmente os rendimentos do capital relativamente aos rendimentos do trabalho. Assim, o peso dos segundos no valor acrescentado bruto (VAB) passou de 41,3% para 39,8%, enquanto o dos primeiros de 53,4% para 54,7%, valores duplamente escandalosos porque

não apenas o contributo do trabalho para o VAB diminuiu, mas o do capital supera 50%, o que nos indica o elevadíssimo nível de desigualdade na repartição do rendimento neste país à beira mar plantado.

Uma coisa é certa: o que está a alimentar a inflação não são os salários, mas os superlucros das grandes empresas, com particular destaque para as produtoras de energia e a distribuição alimentar, com tendência para esta situação se generalizar. Em fevereiro, a inflação atingiu 8,6%, apesar da inflação subjacente, que exclui os produtos energéticos e os produtos alimentares não transformados, se situar em 7,8%. No mesmo mês, os valores daquela na eurozona eram, respetivamente, 8,5% e 7,4% (Fonte: *Expresso*, 10/03/2023). Os superlucros das grandes superfícies estão a alimentar este processo inflacionista que, apesar do aumento das taxas de juro, não para de se agravar, deteriorando cada vez mais as condições de vida não apenas dos mais pobres, mas das classes médias e

médio-baixas.

A DECO dá-nos alguns exemplos de bens alimentares cujos preços dispararam: ovos + 35%, batata + 40%, açúcar + 56%, alface e cebola + 64% e polpa de tomate + 87%. Além disso, as práticas de venda de embalagens com um peso menor a um preço maior, constituem a grande «inovação» das grandes superfícies. Assim, segundo a Associação de Defesa dos Consumidores, uma embalagem de margarina vegetal da marca Becel de 450 gramas passou a pesar apenas 400g, mas o preço de venda aumentou de 3,5 euros para 5 euros. Estas «inovadoras» práticas especulativas de assalto à carteira do consumidor estenderam-se aos cereais e aos detergentes. Assim, o Nestum Mel passou de 700g para 600g e os cereais Estrelitas de 300g para 270g (Fonte: DN, 15/03/2023). Neste contexto, é totalmente inaceitável que um representante do grupo de Belmiro de Azevedo tenha declarado na RTP1, no dia 16 de março, que as prateleiras dos supermercados ficarão vazias se o Governo tomar medidas para travar estes superlucros: a ministra da Agricultura tem uma palavra a dizer perante esta «diktat» dos donos do Continente. O setor das telecomunicações não ficou atrás de o da grande distribuição alimentar: clientes que se refidelizarem para adquirir por 24 meses um Pacote Económico de serviços, que integrava telefone (fixo e móvel) e um número reduzido de canais, internet e TV para evitarem os aumentos de preços, acabaram afinal por pagar mais (Fonte, DN, 15/03/2023).

A banca junta-se ao festim

Encorajados pelo BCE, que já declarou que aumentará a taxa de referência em mais meio ponto percentual, atualmente já está nos 3%, os resultados líquidos dos seis maiores bancos portugueses registaram um aumento de 69,8%, em 2021-2022, enquanto a margem financeira, o chamado lucro bancário, resultado da diferença entre juros pagos pelos clientes que pedem um empréstimo e os juros pagos aos depositantes, 28%. Os resultados

líquidos que, para além da margem financeira, incluem outras receitas, de que se destacam as comissões que cobram aos clientes por operações de intermediação e outras, variaram entre um mínimo de 19% do BPI e um máximo de 412% do Montepio (de 6,6 milhões de euros para 33,8 milhões de euros), passando por um aumento de 204% do Novo Banco (de 184,5 milhões de euros para 560,8 milhões de euros) e um de RE fidelizarem 50,3% do Millennium BCP (138,1 milhões de euros para 207,5 milhões de euros). Por sua vez, a CGD obteve o maior resultado líquido, 843 milhões de euros, o que equivale a um aumento de 44,5% relativamente ao ano transato. Os seis maiores bancos também se notabilizaram pela vaga de despedimentos e encerramento de balcões: 733 trabalhadores e 115 balcões, com particular destaque para o banco público, a CGD, que liderou este ‘ranking’ com 280 postos de trabalho e mais 27 balcões suprimidos que se acrescentam aos inúmeros que fechou antes de 2020 (Fonte: DN, 10/03/2023). Entretanto, os juros pagos aos depositantes não aumentaram ou registaram aumentos insignificantes, enquanto se estima que, à boleia do BCE, que tudo tem feito para provocar uma recessão na zona Euro, os juros dos empréstimos para a compra de casa, aumentem até 88,5% entre março de 2022 e março de 2024, mais 266 euros por mês por cada 100 000 euros de dívida, com os créditos a vinte anos, os de maior peso, a aumentar 56,3% (Fonte: *Expresso*, 10/03/2023).

O regresso da austeridade

A Comissão Europeia já notificou o Governo que a regra dos 3% sobre o défice público será retomada em 2024. O comissário para a economia, o italiano Paolo Gentiloni, já avisou os mais incautos que o tempo das medidas de emergência que permitiram que os défices públicos ultrapassassem aquele valor já terminou e que é a altura de voltar ao passado. Assim, os países que deixarem o défice derrapar no próximo ano estarão sujeitos a multas. Entretanto, para os responsá-

veis da Comissão é tempo de «arrumar a casa»: «Os Estados membros devem gradualmente eliminar as medidas de apoio energéticas, começando com as que são menos direcionadas. Se uma extensão das medidas de apoio for necessária por causa de renovadas pressões nos preços, devem direcionar as medidas muito melhor do que o que fizeram no passado, abstendo-se de providenciar um apoio generalizado e protegendo apenas aqueles que precisam, nomeadamente os mais vulneráveis» (*Público*, 9/03/2023). Em suma, apoios apenas para os «pobrezinhos»: a eurozona vai começar a praticar a caridade como política social. Eis ao que chegou, sob ditame das políticas austeritárias recorrentes, o chamado «projeto social europeu».

O ministro das Finanças português declarou que vai seguir as «recomendações» de Bruxelas. Em 2024, apesar da inflação continuar elevada para não falar dos superlucros empresariais e bancários, o cheque de 125 euros aos contribuintes com rendimentos mensais brutos até 2.700 euros vai ser suprimido, bem como os apoios ao pagamento das faturas do gás e da eletricidade, com exceção, depreendendo-se, dos «mais vulneráveis». Para Fernando Medina, «é um regresso à normalidade (...) com uma visão mais focada na sustentabilidade das finanças públicas» (DN, 14/03/2023). Eis como, mais uma vez Portugal vai provavelmente tornar-se o usual «bom aluno» de Bruxelas. Enfim, é a «Europa connosco».

Como disse Maurice Duverger, ao ingressar na ex-Comunidade Económica Europeia, atual União Europeia, Portugal aposentou-se antecipadamente. Eis o retrato de um país que, ao contrário do que pensam alguns «nacionalistas», não produz valor acrescentado suficiente sequer para «mandar cantar um cego» e onde proliferam a bancocracia, os ‘rentiers’ pequenos, médios e grandes do imobiliário, o grande comércio de retalho, ou seja, estruturas improdutivas que vivem à custa dos que vivem com salários de miséria e do que resta de uma economia produtiva cada vez mais exígua que produz a preços abaixo do valor de mercado para sustentar os seus superlucros. ■

cinemateca
Júnior
 CINEMATECA PORTUGUESA
 MUSEU DO CINEMA

Estivemos à conversa com Luís Miguel Santos, coordenador do PNC do Agrupamento de Escolas do Alto do Lumiar. Apaixonado pelo cinema, quer despertar nos alunos esse gosto, e que esse gosto os motive para outras atividades.

“O objetivo é gostar de cinema e ver o cinema como arte”

• **Sofia Vilarigues**
 Jornalista

No site do Agrupamento de Escolas do Alto do Lumiar (<https://www.aelumiar.com/site/>) chama logo a atenção uma referência ao cinema, com os “Filminhos à Solta na Biblioteca”.

Podê ler-se: “No passado dia 13 de março, os alunos do 6º A viram o filme de curta-metragem *O Clube das Crianças Feias* de Jonathan Elbers (2019), no âmbito da atividade Filminhos à Solta na Biblioteca e do PNC. O filme foi disponibilizado pela plataforma Zero em Comportamento e retrata problemáticas atuais como a aceitação

do outro, independente do seu aspeto físico, ao mesmo tempo que sensibiliza para a problemática do Bullying.

Os alunos reagiram de uma forma positiva ao filme, identificando-se com as personagens do mesmo e compreendendo a mensagem implícita nesta curta-metragem.”

Esta é uma das atividades da equipa do Plano Nacional de Cinema (PNC) no agrupamento.

“A equipa do PNC, neste momento, são só 3 pessoas. No meu caso, estou no grupo disciplinar de história. Dou também cidadania. Os outros dois professores são de geografia e de ciências naturais, Ana Paula do Rosário e Filipa





Neves”, diz-nos Luís Santos. O cinema uniu-os.

“Eu sempre gostei de cinema”, confessa-nos. “Fiz uma formação sobre cinema digital e fiz mesmo alguns filmes”. “Neste momento nós temos a parceria com o PNC [<https://pnc.gov.pt/>], que em si mesmo tem a parceria com a Cinemateca Portuguesa e com o ICA, o Instituto do Cinema e do Audiovisual. E temos a parceria com a Zero em Comportamento [<https://zeroemcomportamento.org/>].”

Do bullying ao Dia do Pai

“O Clube das Crianças Feias” é a “his-

tória do presidente Isimo que decide capturar todas as crianças feias. Paul, de 11 anos de idade, é um menino inseguro com orelhas grandes. Depois de uma sessão fotográfica, Paulo e alguns colegas são enviados numa visita de estudo. No autocarro, Paul percebe logo que aquilo não é apenas uma viagem – as crianças estão a ser enviadas para um lugar secreto. Ele começa imediatamente a pensar num plano para escapar...”, lê-se na Zero em Comportamento.

Sobre o bullying, a equipa do PNC passou ainda o “Desculpa! – uma história sobre bullying”: “Jochem é vítima de bullying pelos seus colegas de escola.

O seu amigo David não quer participar, mas tem medo de dizer alguma coisa. Uma manhã o diretor da escola conta à turma que Jochem não voltou para casa depois de uma festa. David sente-se culpado e juntamente com um amigo vai à procura de Jochem para lhe dizer que está arrependido. Mas será que é tarde demais?”

Foi “o último filme que nós proporcionámos para várias turmas. É um filme que os alunos geralmente gostam bastante”, conta-nos Luís Santos.

“Vamos também agora fazer a visualização de alguns filmes relacionados com o Dia do Pai, que estão disponíveis na plataforma do PNC”.

Para além da visualização, há uma preparação, com enquadramento do filme aos alunos e, depois, um debate ou questionário. “Eu acho que é sempre importante fazer um enquadramento para qualquer tipo de atividade que seja extracurricular. Vamos ter que dizer sempre algo sobre o filme e sobre a atividade que nós vamos fazer, porque, se não, não se percebe muito bem o que está ali em questão”. Quando envolve mais alunos, o filme é passado na biblioteca.

“Na biblioteca, muitas vezes, fazemos um debate sobre o filme. Na sala de aula, só quando o tempo o permite, porque o tempo de 50 minutos passa a correr. O facto de estar na biblioteca, noutra espaço, como estão vários professores, podemos ter mais questionadores, alguém que pergunta aos alunos aquilo que se passa. Temos, assim, uma dinâmica muito diferente do que estamos inseridos só num contexto de sala de aula, e às vezes fazemos os debates na biblioteca. Mas o que temos feito nos últimos tempos e que tem resultado porque temos um feedback muito interessante é através do Google Forms”. “Fazemos um questionário aos alunos, em Google Forms, de forma a percebermos qual é o feedback por parte deles relativamente aos filmes visualizados”.

No questionário de “O Clube das Crianças Feias”, perguntava-se, p.e., “Conheces alguém que também sofra discriminação como o protagonista da história Paul?”, com respostas quase metade de “sim”. Já “Dá a tua opinião sobre o filme em que 1 equivale a pés-



simo e 5 a excelente”, tem geral com respostas de 4 e 5.

O cinema e a escola

“O objetivo do projeto é que eles gostem de cinema. O objetivo é gostar de cinema e ver o cinema como arte”, sintetiza Luís Santos. “Mais do que o filme ser visualizado num contexto de uma determinada disciplina. Tal e qual como se olha para uma pintura, uma escultura, uma peça de música. Ver o filme não só na perspetiva lúdica, a perspetiva lúdica também é importante, é fundamental, mas ver o filme como um objeto de arte. E que pode, também, transmitir uma dada mensagem. Que vai de encontro à mensagem que a escola também quer transmitir, às ideias, ao projeto educativo de cada escola”.

Relativamente à escola, “a ideia fundamental é que o cinema ajude a combater os dois grandes fenómenos que temos aqui, o absentismo escolar e a desmotivação dos alunos. Sabemos que é um objetivo muito ambicioso, mas podemos começar sempre por algum lado. Se numa determinada aula, num determinado contexto, vão ver um filme, que lhes vai transmitir uma mensagem importante, e que vão ter ali um momento que lhes é agradável, que lhes é prazeroso, eu acho que até inclusivamente podem estar mais motivados para as atividades”.

A escola tem “uma população essencialmente bastante carenciada. Que vem cobrir dois bairros sociais da área de Lisboa Norte. Com níveis de esco-

laridade, a nível dos pais, bastante baixos. Com um nível de participação dos encarregados de educação nas atividades e no acompanhamento dos alunos, também um pouco baixo. Com expectativas profissionais dos alunos que não vão muito além do ensino profissional, tirando alguns alunos que acabam por seguir posteriormente para o ensino superior. É uma escola em que tanto a comunidade cigana como a comunidade africana estão bastante presentes”.

Uma atividade continuada

Esta sua atividade ligada ao cinema nas escolas já vem de longe. “Comecei o projeto este ano, em 2022, nesta escola. Por isso foram-me atribuídas as horas do clube, do PNC. Mas eu já estou no projeto há 10 anos. Noutra escola, com várias atividades que lá fiz, proporcionei, como a vinda de alguns realizadores. Inclusivamente do Luís Filipe Rocha para ver o filme Adeus Pai, com o comentário que depois fez ao filme, a sua intervenção no auditório do Barreiro”.

Agora, a nova dinâmica do cinema português motiva-o. “O cinema português nos últimos tempos tem estado com grande projeção. Espero que agora o filme que foi candidato ao óscar seja disponibilizado para o conseguirmos ver, e seja trabalhado pelos alunos”.

No âmbito do Plano Nacional de Cinema são também importantes os encontros nacionais, pelas relações que aí se estabelecem. “Os encontros têm sido agora, desde a pandemia, todos onli-

ne. Eu estou ansioso para que voltem a ser presenciais. Porque inclusivamente eram num espaço muito agradável, na Cinemateca. E é um encontro muito interessante, entre várias pessoas que gostam de cinema. O que se passa agora, nestas sessões online, é que devido ao horário, muitas pessoas não estão a conseguir assistir a essas sessões. Por isso, penso que terá que ser pensado retomar novamente essas sessões presenciais. É atrativo, para o reencontro”. “A concluir, um assunto que me parece importante: voltar-se a ver a questão da autorização aos professores para poderem participar em ações de formação dentro do seu horário. A formação deveria ser dentro do horário de trabalho do professor”.

Esta sua atividade ligada ao cinema nas escolas já vem de longe. “Comecei o projeto este ano, em 2022, nesta escola. Por isso foram-me atribuídas as horas do clube, do PNC. Mas eu já estou no projeto há 10 anos. Noutra escola, com várias atividades que lá fiz,



Mulher, Vida, Liberdade



• **Luisa Marques**
Amnistia Internacional Portugal

O Irão tem marcado as notícias nos últimos meses pelos piores motivos. A onda de protestos que se fazem sentir, com maior intensidade, desde setembro de 2022, já causou a morte de mais de 400 pessoas, incluindo 34 crianças.

No entanto, este movimento pela liberdade, intensificado com a morte de Masha Amini, uma jovem iraniana presa por usar o véu de forma inadequada, começou há mais tempo. Desde 2019 que as corajosas mulheres no Irão começaram a desafiar a opressão de que são alvo através de uma campanha online chamada White Wednesdays. Esta campanha consiste numa plataforma online em que as mulheres partilham vídeos onde aparecem sem véu e expressam oposição à sua utilização.

Embora o número de protestos em larga escala tenha diminuído nas últimas semanas, outros atos de resistência aumentaram no Irão, incluindo escrever slogans em paredes e espaços públicos, instalar faixas ou símbolos e entoar slogans em telhados ou janelas à noite. O slogan revolucionário - Mulher, Vida, Liberdade - continua a ser ouvido e escrito em todo o país e espalhou-se por todo o mundo. Às mulheres que começaram o protesto contra o uso do véu, juntam-se homens e crianças que apelam ao fim da República islâmica.

A reação das autoridades iranianas à onda de protestos e manifestações tem sido marcada pela violência com recurso a munições reais, milhares de detenções ilegais e julgamentos fraudulentos com condenações à pena de morte, como arma de silenciamento. Os familiares das vítimas têm enfrentado detenção arbitrária, intimidação e assédio pelas forças de segurança, numa tentativa de encobrir estes crimes.

Apesar do clima de repressão generalizada e violência, as boas notícias ajudam a manter a esperança. Na sequência da pressão internacional, também de milhares de ativistas da Amnistia Internacional, Yasaman Aryani, uma iraniana que esteve presa durante 4 anos pelas suas ações em prol da igualdade, [foi libertada](#) em fevereiro deste ano.

Em 2019, no Dia Internacional da Mulher, Yasaman Aryani e a sua mãe, Monireh Arabshahi, distribuíram flores brancas numa carruagem de metro em Teerão, exclusiva para mulheres, sem utilizarem o lenço islâmico. Yasaman publicou também um [vídeo](#), que se tornou viral no próprio dia, onde falou da esperança num futuro em que todas as mulheres pudessem ter liberdade de escolher o que vestir. Foram condenadas a 16 anos de prisão em julho do mesmo ano, tendo saído em liberdade no dia 15 de fevereiro de 2023.

O seu ato de coragem percorreu o mun-

do e, finalmente, foi-lhe restituída a merecida e esperada liberdade. Ainda que a situação no Irão exija que a pressão e os apelos pela liberdade de expressão continuem, esta é uma vitória de direitos humanos para comemorar e manter a esperança.

A pressão faz-se de muitas formas – nas ruas, nos contactos com autoridades, nas petições, mas também através da Educação para os Direitos Humanos que contribui para desenvolver conhecimentos, capacidades e atitudes que nos permitam conhecer, exercer e reivindicar os nossos direitos. Esta aprendizagem permite capacitar as pessoas para que individual ou globalmente, exerçam o seu papel na sua comunidade.

Foi por isso que em março, mês marcado pela luta pela igualdade de direitos para as mulheres, lançámos uma proposta educativa e um convite ao ativismo, em solidariedade com as mulheres do Irão. Conheça [aqui](#) a nossa proposta de atividade e explore-a com os seus alunos e alunas.

Esta proposta faz parte das ações lançadas no âmbito da Rede de Escolas da Amnistia Internacional. Se quer continuar a receber propostas idênticas, veja [aqui](#) como se pode inscrever. Porque juntos podemos fazer a diferença! ■

17 e 18 de MARÇO

Os professores também lá estiveram!



“(...) Em relação aos docentes, assistiu-se a tudo, com vários diretores a ameaçarem marcar falta injustificada a quem, estando adstrito a greve para qual foram decretados serviços mínimos, decidiu aderir àquela que não estava sujeita a tais serviços. Esquecer-se-ão esses dirigentes escolares que a ausência por greve não constitui uma falta, logo, não tem de ser justificada, nem pode ser injustificada? Esquecer-se-ão que a pressão continuada e com ameaças sobre os trabalhadores docentes e não docentes constitui uma forma de assédio punível civilmente?”

O ME sabe que não podia impor serviços mínimos a quem aderisse à greve da Função Pública, pois não foram decretados para esta greve; sabe, ainda, que os serviços mínimos aplicáveis a uma greve não se estendem a outras, como esclareceu o colégio arbitral que os decretou para 2 e 3 de março, não aceitando que o ME desistisse do pedido feito, exatamente por não haver extensão de serviços mínimos.

Daí que a administração educativa tenha enviado às escolas uma informação em que afirma que foram decretados serviços mínimos para 17 de março, mas não identifique a greve que a eles ficou sujeita (...)”

18 de MARÇO

No dia 18 de março, a CGTP-IN juntou, na mesma jornada de luta, o setor público e o setor privado:



uma manifestação que, partindo de pontos diferentes da cidade, desceu a Avenida da Liberdade até à praça dos Restauradores.

Melhores salários, melhores pensões, melhores serviços públicos, melhores condições de trabalho, foram as reivindicações que se fizeram ouvir numa



manifestação que contou com boa presença do setor da Educação.

A Resolução aprovada no final da ação de luta denuncia, também, a grave questão dos preços da habitação, a elevada inflação e o empobrecimento geral dos trabalhadores, e reafirma as principais exigências da CGTP-IN no momento atual:

- O aumento dos salários em, pelo menos, 10% e não inferior a 100€, para todos os trabalhadores;
- A valorização das carreiras e profissões;
- A fixação dos 850 euros para o Salário Mínimo Nacional com referência a janeiro de 2023;
- A efetivação do direito de contratação coletiva;
- 35h para todos e combate à desregulação dos horários;
- A erradicação da precariedade;
- A revogação das normas gravosas da legislação laboral;
- O aumento de todas as pensões e reformas, que reponha o poder de compra e assegure a sua valorização;
- O reforço dos serviços públicos e funções sociais do Estado, o direito à habitação. ■

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública promoveu, no dia 17 de março passado, uma greve geral dos trabalhadores em funções públicas. Motivos principais deste momento de luta: aumento dos salários, controlo de preços dos bens essenciais, valorização das carreiras e reforço dos serviços públicos.

O setor do ensino (professores, educadores, investigadores e trabalhadores não docentes) aderiu massivamente à greve, apesar da tentativa do M.E de impor serviços mínimos, aliás não determinados, para esta greve, pelo colégio arbitral. Existindo serviços mínimos determinados apenas para a “greve do STOP”, alguns diretores exigiram o cumprimento de serviços mínimos a docentes e não docentes nada identificados com essa greve, a quem, assim, foi impedido o uso do direito de greve. Sobre esta questão, a FENPROF divulgou um comunicado, de que se destaca o seguinte:

3 de MARÇO

Uma notável greve



Dando continuidade à intensa e prolongada luta da classe docente, o 2º dia da greve nacional decretada pela Plataforma dos Sindicatos que integra a FENPROF decorreu na área do SPGL e no sul do país. Uma greve com forte adesão dos professores e educadores que serviu também de mobilização para a grande manifestação de docentes, que decorreu no dia 4 de março, em Lisboa e no Porto. Muitos milhares de professores e educadores continuam a garantir que não “paramos” enquanto o Ministério da Educação não der resposta satisfatória às reivindicações dos docentes, nomeadamente a contagem de todo o tempo de serviço prestado, o fim das quotas e vagas, o respeito pelos horários de trabalho.

4 de MARÇO

Manifestações em Lisboa e no Porto





Grande concentração no MCTES

FENPROF entrega à tutela proposta concreta que garante concursos para ingresso de investigadores na carreira

22 de março:
FENPROF
reúne com ministra
da Ciência, Tecnologia
e Ensino Superior

Uma delegação da FENPROF reuniu com a ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e respectivo secretário de Estado. Esta reunião acabou por ser marcada após anúncio da concentração de investigadores e docentes em frente às instalações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), promovida pela FENPROF, 22 de março, como forma de protesto pela ausência de informação e do cumprimento do protocolo negocial acordado com a tutela.





Almerinda Bento
M.A.G. do SPGL

Mês de Março

O dia para entrega do meu texto para o «Escola Informação» está a chegar ao fim e a verdade é que a inspiração não chega. Março é mês de renovação, a chegada da Primavera assim o dita, mas a verdade é que o mundo lá fora não é inspirador, apesar dos trinados dos pássaros, das florações que vão cobrindo algumas árvores e dos novos rebentos de folhas frescas que despontam. Mês de Março é também o mês da Mulher! Prefiro das Mulheres porque elas são diversas e o singular é sempre tão pobre e redutor. Quando falo da mulher do administrador de uma multinacional, sei que a vida, os interesses e preocupações dela não são iguais aos da secretária do administrador, nem da operária que está na linha de produção, nem da empregada das limpezas que ao fim do dia, quando todos já abandonaram o escritório, vai deixar tudo limpo para o dia seguinte. E, com isto, não quero dizer que a mulher do administrador não seja vítima de violência psicológica ou física por parte do

marido, mas desconhece o que são preocupações com a falta de dinheiro para pôr comida na mesa ou para comprar uns ténis para o miúdo que se queixa que os que calça já estão rotos e na escola já o gozam...

A propósito deste mês de Março e da data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, fui convidada em duas sessões em Palma e Alhos Vedros para comentar a situação de desigualdade das mulheres, a partir da projecção de um filme relacionado com o 50º aniversário de “Novas Cartas Portuguesas” e sobre o processo das 3 Marias. Na altura, Marcelo Caetano, numa das suas conversas em família, referiu-se a Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa e Maria Teresa Horta como “três mulheres que não merecem ser consideradas portuguesas” e o livro, cuja publicação só foi possível graças à coragem de Natália Correia, foi apreendido três dias depois de ter sido publicado e destruído por ter “conteúdo insanavelmente pornográfico e atentatório da moral pública”

nas palavras do censor. Hoje, lêem-se aqueles textos que constituem “Novas Cartas Portuguesas” e fica-se espantado com a sua actualidade, com a permanência dos mesmos problemas, com a urgência de denunciar uma desigualdade e discriminação que tem rosto e corpo de mulher.

Numa conferência de imprensa expressamente convocada em vésperas de um hipotético acordo para um cabaz de produtos essenciais com IVA zero, o ministro das Finanças e as ministras da Presidência e do Trabalho trazem os gráficos, os slides, os números, o economês todos preparados para darem mais umas migalhas, numa postura de conceder apoios, subsídios e esmolas, quando os trabalhadores e trabalhadoras querem salários e pensões dignos e ajustados ao trabalho efectuado e ao custo de vida. Foi isso que mais uma vez gritaram enquanto desciam a Avenida da Liberdade no dia 18: Salários e Pensões Decentes. Dignificação do Trabalho. A verdade é que 30% dos trabalhadores portugueses são

pobres e que um em cada quatro trabalhadores recebe o salário mínimo. Não é com 30€ a mais por mês (1€/dia) que a trabalhadora das limpezas, que a secretária do escritório ou a operária da linha de produção vai deixar de dar voltas à cabeça para pôr comida na mesa.

“Feijão verde a 10€ o quilo? Sim, mas olhe que outro dia estava a 13€ e decidi não o trazer para a praça porque sabia que não o conseguia vender!” Abril vem aí e vai começar com uma manifestação pelo Direito à Habitação. Abril e Maio são sempre os meses da nossa alegria e da nossa luta. A Primeira Carta do livro das 3 Marias, o único dos 120 textos que se sabe ser da autoria de Maria Isabel Barreno, termina assim: “Só de nostalgias faremos uma irmandade e um convento, Soror Mariana das cinco cartas. Só de vinganças, faremos um Outubro, um Maio, e novo mês para cobrir o calendário. E de nós, o que faremos?” (1/3/1971) ■

A autora escreve segundo o anterior acordo ortográfico



Carmo, André (org.)
Espaço, Lugar e Território,
Porto, Afrontamento, 2022

(continuação da página 2)

António Simões Lopes (1934-2012), foi economista e professor catedrático do atual ISEG, ex-ISE, sendo um dos fundadores da disciplina de Economia Regional nesta escola, que frequentei quando era estudante. Economista heterodoxo, defendia, na esteira de Marcel Mauss e do sociólogo Adérito Sedas Nunes, que «não há fenómenos económicos, mas só aspetos económicos do fenómeno social e que toda a pretensão de objetividade que leve a destacar os aspetos económicos da vida humana do seu contexto político e social distorce os problemas que tem de discutir em vez de os tornar mais claros» (p. 70). Embora fosse dotado de uma excelente formação matemática não era um grande entusiasta da quantificação abstrata, pois o seu objetivo era mais a procura de soluções concretas do que o diagnóstico, a que também atribuía importância. Outra grande referência do seu pensamento era o que chamava «Economia da repartição», questão geralmente menosprezada quando não manifestamente desprezada pelos economistas tradicionais. Simões Lopes contesta a separação tradicional da ciência económica positivista entre produção e repar-

tição no âmbito de uma política baseada no primado do desenvolvimento sobre o crescimento: «Sendo certo que não pode distribuir-se o que não se produz, não menos certo é que o desenvolvimento impõe que se distribua (bem) o que já se produz, não sendo legítimo adiar a procura de equilíbrio social, da harmonia, da justiça social para quando se produza mais, isto é, para quando se for mais rico» (p. 71). João Teixeira Lopes, sociólogo, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que também conheço se bem que mais superficialmente, pois o nosso contato foi esporádico e já tem alguns anos, desenvolveu uma ideia fecundíssima: o espaço não é, como em Kant, uma forma à priori da sensibilidade externa, nem um mero contentor como se fosse algo de vazio que tem que ser preenchido, mas uma articulação de relações e práticas sociais que, por assim dizer, o configuram nas suas dimensões políticas, económicas e simbólicas. Interessou-se pelo estudo das subculturas juvenis da cidade do Porto, mas um dos seus temas de eleição é o espaço público concebido como «uma alavanca de formas de participação cultural e encontro entre públicos e obras». Partidário da técnica sociológica, também muito fecunda, da observação participante, fundada por Simone Weil na obra “A Condição Operária”, percorre a cidade, entrevistando e contactando com os seus habitantes, recolhendo dados para poder fundamentar cientificamente as suas análises. O problema das desigualdades, outro dos seus temas de eleição não lhe escapa. Destaca o fenómeno da gentrificação e privatização que põe em causa a natureza do espaço público como lugar de encontro dos diversos. Mais recentemente, reflete sobre o fenómeno do turismo de massa, a que chamou lúmpen turismo, que «conduz o espaço para um lugar existencial de experiências e mercantilização da própria existência» (p. 165), no âmbito de uma «festivalização constante», expressão particularmente feliz, sob a capa de um «fachadismo

cultural» que se limita a encenar – muito mal – a «coexistência das diferenças sem que elas se toquem e se transformem mutuamente» (p. 165). É a cidade que merecemos depois da desastrosa integração do país na eurozona promovida pelo «bloco central».

Por fim, Jorge Malheiros, geógrafo, Professor Auxiliar de Geografia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, atribui um particular destaque ao papel dos imigrantes na reconfiguração dos espaços urbanos nas cidades do Sul da Europa e como esta se relaciona com os processos e dinâmicas laborais. Este fenómeno é cada vez mais importante em Portugal e no Sul de Itália. No século passado o primeiro era um país de emigração e a segunda uma região de migração para o Norte e de emigração para a Europa e outros continentes, recebendo agora imigrantes africanos para trabalhar na agricultura em condições de sobre-exploração. Já existem em Itália muitos cidadãos italianos de pais estrangeiros que nasceram em Itália, fenómeno impensável na década de 80 do século passado quando vivi em Roma. Jorge Malheiros interessa-se também pela produção social do espaço urbano e pela gentrificação, analisando a contraposição entre a gestão e promoção da habitação pública e o processo de «financeirização» da habitação. Cada vez mais os grandes fundos imobiliários e o capital parasitário especulativo e rentista se tornam proprietários da cidade, privatizando o espaço público e expulsando os seus habitantes para a periferia e zonas periurbanas, em consequência do elevado valor das rendas e do preço especulativo das casas. Eis como é subvertida a existência da cidade como local de encontro e interdependência de uma grande diversidade de pessoas. Mais uma consequência perversa da integração de Portugal na Eurozona. Em suma, esta recensão deve ser entendida pelos leitores apenas como uma entrada ou um aperitivo. É por isso que constitui também um convite à leitura desta obra imprescindível.■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direção: spgl@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
•**Caldas da Rainha**
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
•**Torres Vedras**
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

•**Abrantes**
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

•**Santarém**
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

•**Tomar**
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

•**Torres Novas**
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

•**Setúbal**
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Telef.: 265 228 778
Fax: 265 525 935
Correio eletrónico: setubal@spgl.pt

•**Barreiro**
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt

•**Almada**
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
almada@spgl.pt

Rota Literária Irene Lisboa



• Inez Marques

Num sábado quente, com sol com nuvens, aventuras nos caminhos, um grupo de professoras e professores participaram numa das muitas Jornadas Pedagógicas do nosso SPGL. Foi no dia 11 de Março, uma data sempre quente para muitos de nós que trilhamos caminhos conjuntos de luta. Que melhor título teríamos do que uma “Rota Literária

Irene Lisboa” que tanto diz ao nosso sindicato e a nós todos aprendizes de pedagogos? Em subtítulo do folheto de nossa rota, está escrito em letra miúda “Voltar atrás para quê?”, título de uma novela autobiográfica da nossa autora. Belo título escolhido para fio condutor de uma viagem pelo passado de uma Mulher solitária, quase órfã, inovadora, corajosa e criativa. Desde Arranhó, lugar de nascença, pudemos

“adivinhá-la” deitada em sua cama coberta de uma colcha de renda fina em movimento de espiral, alva e bela. Podíamos ouvir aquelas histórias escutadas por uma menina sentada num lindo tapete voador... Luminosa como seu olhar saudoso do vento dos montes, aconchegada em xaile de lã, com sua chávena de porcelana de chá fervente pousada sobre naperon de cambráia fina bordada em ponto pé de flor, Irene Lisboa estava ali, como que a falar connosco. Mostrava-nos nos poucos fragmentos de textos, objectos íntimos, cartinhas e postais manuscritos, a sua vida desfiada num espaço de planta irregular numa junta de freguesia. Convidava-nos a ler a sua obra, ou reler. A divulgar.

De repente, regresso ao início da rota, enquanto oiço a voz do nosso querido guia contar histórias de Arruda, vila, de arruda planta, de lagartas e borboletas olho de andorinha, bruxas de comer. Ali, começou a visita a uma casa antiga pintada a fresco com seus tectos de gesso e salas comunicantes. Livros. Casas antigas preservadas, abertas na memória guardada com amor. Irene Lisboa tem aí Biblioteca com seu nome desenhado. Merece a vila ser guardiã de sua vida em fragmentos de beleza e singela presença. Merece a autora, a pedagoga e a mulher que tão gostosamente homenageámos, de modo simples, neste dia.

Em Arruda foi. Este sábado. Em boa companhia, em festa.

A curiosidade ainda levou alguns de nós à Igreja Matriz. Em boa hora foi. Merece voltar.

Depois, partimos com o olhar rasgado pelo horizonte. Com palavras de Irene Lisboa, pois claro.

“Arruda em baixo, a meia légua de distância, estendia-se para a direita e para a esquerda branca e plana. E a toda a roda vinhas, que iam subindo. No alto das serras os moinhos. E alvejando os carrapitos e pelas baixas os casais e os lugares”, *Apontamentos*. ■

A autora escreve segundo o anterior Acordo Ortográfico.

8 de Março

Visita ao Museu do Tesouro Real



Fotos: Museu do Tesouro Real

Passados 220 anos sobre o início da construção do Palácio da Ajuda foi concluída a ala poente, no ano de 2022, com o objetivo de albergar o tesouro real, até esta data disperso por vários museus.

Concebido como um cofre-forte, apresenta uma estrutura simétrica, evocando o neoclassicismo e em diálogo com as novas perspetivas da arquitetura contemporânea. Alberga um milhar de peças que testemunham uma época histórica onde se entrelaçam acontecimentos trágicos e gloriosos, que de ambos a nossa história é feita, distribuídas por onze núcleos.

No primeiro núcleo podemos ver pepitas do ouro vindas do Brasil, o designado torrão em ouro não trabalhado com 22 quilos, um diamante de 34 quilates e uma caixa lapidada também com diamantes e que continha moedas de ouro, dote de casamento de D. Maria Pia. Dispõem-se neste núcleo as joias da família real do século XVIII, algumas já sem diamantes, descravados que foram para fazer novas peças,

mais consentâneas com o gosto da época. Destacam-se a coroa de estrelas, gargantilhas e o vistoso laço de esmeraldas colombianas e diamantes, assim como joias de pedras negras, para usar em tempo de luto.

Em outro núcleo estão expostas ordens honoríficas dos reis, insígnias régias e condecorações como a do Tosão de Ouro, que D. João VI mandou cravar de diamantes, rubis e uma safira, da Ordem de Torre e Espada e da Senhora da Conceição de Vila Viçosa. De referir uma coroa com valor simbólico para a aclamação de D. João VI, o centro com a esfera armilar e um missal. Podemos ver as diversas salvas de aparato, peças em prata trabalhada usadas para as aclamações e festividades eclesiásticas.

A D^a. Maria II e D^a. Amélia foram ofertadas rosas em ouro, pelas ações de cariz social a que se dedicaram. De salientar a baixela à francesa, estilo rocaille, encomendada por D. José a Tomás Germano, constando de 24 pratos e outros objetos necessários para complementar os banquetes.

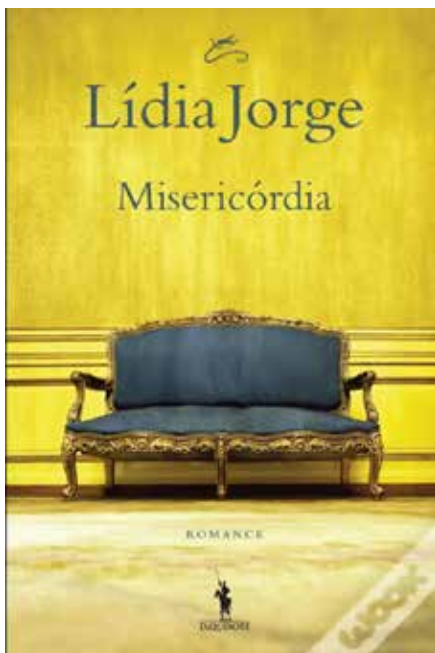
Assim revisitámos uma determinada época da vida quotidiana da realeza e da nobreza, em Portugal, nos séculos XVIII e XIX, que não deixa adivinhar a queda muito próxima da monarquia, mas sim a ilusão de um poder temporal que aparenta jamais se desmoronar. Foi esta visita uma atividade do Departamento dos Professores e Educadores Aposentados que, como é hábito, teve a adesão de um grupo de sócios sempre atento e interessado.

A todos e todas agradecemos a companhia e a presença no almoço que se seguiu e onde decorreu a homenagem à Mulher naquele que era o seu dia - 8 de Março. Ali foi distribuído um poema de Ary dos Santos e alguns participantes brindaram-nos com a leitura de poemas da sua autoria ou de outros autores que reconheceram o valor da Mulher e o seu papel decisivo na sociedade, direi mesmo, neste mundo em que vivemos. Pelas presentes e por todas as mulheres a nossa gratidão. ■

“Misericórdia”

Um livro de resistência, de vida, através da beleza. Obrigatório ler

• Lígia Calapez



Duas cadeiras lado a lado. Uma cadeirinha de bebê, uma cadeira de rodas. Uma imagem ocasional que marca o momento em que a mãe de Lídia Jorge se despede da sua vida como até então a vivera, para entrar numa outra fase, num lar. O elo entre quem inicia a aventura da vida e quem caminha para o seu ocaso. Em que a vida se celebra, de diferentes formas.

Dia 23 de março, num espaço ABC completamente cheio, e participativo, a escritora Lídia Jorge falou-nos, com emoção, do seu último livro, “Misericórdia”. Um “livro a pedido” da sua mãe, uma das muitas vítimas da pandemia.

Uma tarefa “fácil e difícil”, em que começou por relatar “a história que está antes do livro”. E que tem o seu início com os primeiros momentos da

própria pandemia no nosso país, com o episódio em que o escritor chileno Luis Sepúlveda, que participava, em Portugal, nas Correntes de Escrita, é infetado com o vírus da Covid, vindo posteriormente a morrer.

Então nada se sabia ainda sobre este vírus. E esse desconhecimento refletiu-se, de forma dramática, nos lares de idosos.

“Em momentos de catástrofe, estamos ou não preparados para agir como humanos?”. Esta uma questão de fundo que Lídia Jorge nos coloca. E que está bem presente em “Misericórdia”.

Em 8 de março, o último dia em que estive com a mãe (todos os lares do país fecharam às visitas, logo a seguir), esta recordou-lhe: “Não te esqueças de escrever o livro”. “Misericórdia”. Para que “as pessoas sejam mais humanas umas com as outras”.

Partindo do pouco que lhe foi entregue no lar, depois da morte da sua mãe – uns brincos, um colar, um anel e, em particular, uma bolsinha com papelinhos com notas – Lídia Jorge cruzou confissões reais e imaginadas, muitas

baseadas em telefonemas entre mãe e filha, e as últimas notas, escritas a custo pela mão da mãe. Essas notas que, de algum modo, refletem um “exercício de resistir, viver intensamente até ao fim, adquirir sabedoria”.

Nas palavras de Lídia Jorge, “Misericórdia” não é um livro sobre a bondade, é um livro sobre a resistência. E transmite, não uma ideia de tristeza, mas de triunfo sobre a morte. “Lutar pela vida até ao fim”.

Há, naturalmente, tristeza. E há beleza. “Um livro tem de ter sempre alguma coisa de belo, para sustentar uma história quando é triste”.

“Estamos a atravessar um momento terrível”, considera Lídia Jorge. E aqui a arte surge também como uma forma de compensação, uma proposta de salvação. Articulando-se com a urgência de “nos ajudarmos uns aos outros”.

Tudo isso – através de um riquíssimo diário imaginado de alguém que soube viver enquanto houve sopro de vida – está presente em “Misericórdia”. Um livro de resistência, de vida, através da beleza. Obrigatório ler. ■

Breve nota biográfica

Lídia Jorge, natural de Loulé, licenciou-se em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi professora do Ensino Secundário, passando, no último período da guerra colonial, alguns anos em Angola e Moçambique (o que se reflete, em particular, em “A Costa dos Murmúrios”, 1988). Professora convidada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa entre 1995 e 1999, foi membro da Alta Autoridade para a Comunicação Social e integrou o Conselho Geral da Universidade do Algarve.

Autora de cerca de duas dezenas de obras e com vários prémios literários, a sua última obra, “Misericórdia” (2022), distingue-se - como referido na nota biográfica do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL (de que foram retiradas as informações aqui elencadas) – “como um dos livros mais audaciosos da literatura portuguesa dos últimos tempos e como a autora consegue que ele seja ao mesmo tempo brutal e esperançoso, irónico e amável, misto de choro e riso”.

Legislação

I Série

▪ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2023**
Autoriza a despesa com a modernização e ou criação de 365 Centros Tecnológicos Especializados, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência

▪ **Portaria n.º 40/2023**

Segunda alteração à Portaria n.º 113/2018, de 30 de abril, que estabelece as regras nacionais complementares da ajuda à distribuição de fruta, produtos hortícolas e bananas e leite e produtos lácteos, nos estabelecimentos de ensino

▪ **Decreto-Lei n.º 10/2023**

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2023

▪ **Portaria n.º 45/2023**

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 61/2022, de 31 de janeiro, que regula o reconhecimento, a validação e a certificação de competências no âmbito do Programa Qualifica

▪ **Decreto-Lei n.º 16/2023**

Concretiza o processo de descentralização de competências para os municípios e para as entidades intermunicipais no domínio da educação

▪ **Portaria n.º 55/2023**

Aprova a regulamentação do Complemento Garantia para a Infância

▪ **Decreto-Lei n.º 18/2023**

Regulamenta o regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência

▪ **Resolução da Assembleia da República n.º 14/2023**

Recomenda ao Governo que reforce o Ensino de Português no Estrangeiro nas suas diferentes dimensões e intensifique o uso das tecnologias digitais para o tornar mais atrativo, dinâmico, interativo e ajustado ao perfil de cada aluno

▪ **Portaria n.º 75/2023**

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho, que regulamenta as condições específicas de concretização da medida da gratuidade das creches e creches familiares

▪ **Lei n.º 13/2023**

Altera o Código do Trabalho e legislação conexas, no âmbito da agenda do trabalho digno

▪ **Decreto-Lei n.º 22/2023**

Estabelece, para o ano letivo de 2022-2023, medidas excecionais e temporárias relativamente à avaliação, aprovação de disciplinas, conclusão dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário e acesso ao ensino superior

II Série

▪ **Despacho n.º 1296-B/2023**

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o primeiro semestre do ano de 2023

▪ **Despacho n.º 1300/2023**

Aprova a rede de cursos do ensino português no estrangeiro da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário para a África do Sul, Namíbia, Suazilândia (Reino de Eswatini) e Zimbabué, para o ano letivo de 2023

▪ **Despacho n.º 2403/2023**

Renovação da autorização de funcionamento dos Centros Qualifica de acordo com a Portaria n.º 62/2022, de 31 de janeiro

▪ **Despacho n.º 3232-B/2023**

Altera o Despacho n.º 8356/2022, de 8 de julho, que aprova o calendário escolar, para os anos letivos de 2022-2023 e de 2023-2024, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames



Olhar Feminino

Ana Cristina Gouveia

Com curadoria de Carlos Álvares foi inaugurada no Espaço ABC, no dia 13 de março, a Exposição coletiva de fotografia intitulada “Olhar Feminino”. Respondendo ao desafio de Carlos Álvares, treze jovens fotógrafos, acederam a participar e contribuíram com as suas obras subordinadas ao tema lançado. Cada artista depositou a sua total dedicação, partilha e entrega, tendo a exposição resultado num olhar diverso e enriquecedor, acerca do tema, próprio da natureza de cada um dos treze jovens fotógrafos. Cada um deles dedicou-se a captar o mundo e a materializar conceitos e ideias através da fotografia.

Mas afinal o que é o “Olhar Feminino”?

Venha descobrir, visitando esta exposição patente até 13 de abril, no Espaço ABC.■



Contratação de Escola

Ainda no âmbito do D.L. nº 132/2012, de 27 de junho na redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 83-A/2014, de 23 de maio e pelo Decreto-lei nº 28/2012, de 15 de março, nesta rubrica vai ser tratado o regime jurídico da “Contratação de Escola” que se encontra tutelado nos respetivos artigos 38º a 41º.

O primeiro dos supra referidos preceitos legais (artigo 38º) regula as chamadas “*necessidades temporárias de serviço docente e de formação em áreas técnicas específicas*” determinando que as mesmas são asseguradas pelos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas através de contratos de trabalho a termo resolutivo a celebrar, não só com pessoal docente como também com pessoal técnico especializado.

A norma legal em questão elenca exemplificadamente as seguintes necessidades temporárias:

“b) Os horários inferiores a oito horas letivas, desde que não sejam utilizados para completamente; c) As que resultem de horários não ocupados na reserva de recrutamento e na bolsa de contratação de escola;

d) As resultantes de duas não aceitações, referentes ao mesmo horário, nas colocações da reserva de recrutamento.”

Para além disso, a contratação de escola inclui ainda neste quadro “... *as necessidades temporárias de serviço a prestar por formadores ou técnicos especializados nas áreas de natureza profissional, tecnológica, vocacional ou artística dos ensinos básico e secundário (...) que não se encontrem enquadradas nos grupos de recrutamento a que se refere o D.L. nº 27/2006, de 10 de fevereiro*” (grupos de recrutamento para efeitos de seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário).

Determina ainda o diploma legal em questão que aos docentes colocados ao abrigo da contratação de escola é aplicado o artigo 42º que regulamenta o regime dos **contratos a termo resolutivo que têm, como duração mínima, 30 dias e máxima até ao final do ano escolar, incluindo o período de férias.**

A abertura do procedimento (contratação de

escola) e os respetivos critérios de seleção encontram-se tutelados pelo **artigo 39º** do diploma legal em questão sendo que a celebração do contrato de trabalho é precedida de uma seleção e recrutamento nos termos seguintes:

- O concurso de contratação de escola é informaticamente desencadeado pela DGAE;

- A seleção dos candidatos é desencadeada pelo órgão de direção do estabelecimento de ensino no prazo de três dias úteis;

- A oferta de contratação de escola é divulgada na página da Internet do agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas;

Os critérios objetivos de seleção para os grupos de recrutamento constam do artigo 39º do supra D.L. nº 27/2006, de 10 de fevereiro e são:

a) A graduação profissional, de acordo com o artigo 11º nº 1 do supra referido diploma legal;

(A alínea b) foi revogada)

c) Para efeitos de desempate é utilizado o previsto nº 2 no artigo 12º ou seja, em caso de igualdade na graduação, a ordenação dos candidatos respeita a uma ordem de preferência nele indicada.

- A avaliação curricular deve ter fundamentalmente em consideração o seguinte:

a) A avaliação de desempenho;

b) A experiência profissional;

c) As habilitações e formação complementar.

As escolas portuguesas no estrangeiro também devem aplicar os procedimentos supra mencionados.

Concluída a seleção dos docentes, o órgão diretivo do estabelecimento escolar deve aprovar e publicitar a lista final ordenada do concurso devendo a decisão ser comunicada aos candidatos pela via eletrónica da DGAE.

A aceitação da colocação pelo candidato é efetuada eletronicamente até ao primeiro dia útil seguinte ao da comunicação da colocação **sendo que o incumprimento do prazo determina a anulação da colocação e a impossibilidade do docente ser colocado em exercício de funções nesse caso (cfr. artigo 18º c).**

Tendo em conta a extensão da matéria abordada dar-lhe-ei continuidade na próxima rubrica do “*Escola Informação*”.

VALORIZAR A PROFISSÃO DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA

a partir de **29 de março**

- **GREVE** a todo o serviço extraordinário
- **GREVE** a todo o serviço imposto fora do horário de trabalho ou em componente letiva indevida (sobretabalho)
- **GREVE** a toda a atividade atribuída no âmbito da componente não letiva de estabelecimento
- **GREVE** ao último tempo letivo diário de cada docente

17 de abril a 12 de maio

- **GREVE POR DISTRITOS:** Porto, Viseu, Vila Real, Viana do Castelo, Setúbal, Santarém, Portalegre, Leiria, Guarda, Faro, Évora, Coimbra, Castelo Branco, Beja, Bragança, Braga, Aveiro, Lisboa

6 de junho

- **GREVE E MANIFESTAÇÃO NACIONAL**

6-6-23, tempo de serviço ainda não recuperado do total que esteve congelado

GREVE ÀS AVALIAÇÕES FINAIS

**A LUTA
CONTINUA
NAS ESCOLAS
E NA RUA**

